

O debate em França

por Mário Soares

Vai aceso e muito bravo o debate em França sobre o referendo – e as suas consequências – relativamente ao Tratado Constitucional, já subscrito pelos representantes dos 25 Estados membros europeus. Pode dizer-se tudo sobre a Constituição – a favor ou contra, conforme as inclinações de cada um – excepto que não tivesse havido um amplíssimo debate interno. Honro-me de ter participado nele, em duas deslocações que fiz a Paris, primeiro para falar aos militantes do partido socialista francês – em favor do sim, obviamente – e, depois, num meeting, realizado no Cirque d’Hiver, nas vésperas do 29 de Maio, para tentar, de algum modo, influenciar os eleitores franceses, no mesmo sentido. Sem êxito, como se viu com a vitória tão significativa do não.

Também escrevi dois artigos na imprensa francesa: um no Nouvel Observateur, de que é director o meu amigo Jean Daniel, e outro no Le Figaro, prestigiado quotidiano do centro direita, que deu grande acolhimento aos articulistas em favor do sim.

Digo isto, para mostrar o meu voluntário empenhamento na defesa da Constituição, que não sendo perfeita – não há Constituições perfeitas – representa um passo em frente, decisivo, na construção europeia, que reputo fundamental, como europeísta convicto e federalista do coração.

Conhecidos os resultados, reconheço contudo que, tanto no referendo francês como no holandês – e quem sabe se noutros que estarão para vir, como o dinamarquês ou o luxemburguês – grande parte da gente jovem, que sente ter a cidadania europeia além da que deriva da sua própria nacionalidade, votou contra a Constituição, não por ser contra a Europa mas sim contra o sistema, em que os governos europeus se comprazem, contra a metodologia usada para fazer a Constituição – de cima para baixo, sem recurso ao Parlamento Europeu, que deveria ter sido dotado de poderes constitucionais – e em virtude do deficit democrático europeu e da burocracia de Bruxelas, dado que os responsáveis persistem em ignorar as aspirações profundas das populações europeias.

No entanto, o não à Constituição Europeia atirou, desde que foi conhecido, a União para um desagradável impasse. Pelo menos isso: a paralisação do que urge fazer. Mas ninguém ignora que pode vir a ter consequências piores, se os responsáveis do Conselho Europeu e da Comissão não abrirem os olhos, não reflectirem e não tiverem o engenho de propor, em tempo útil, uma forma de deslaçar o imbróglio. Qual? Uma possível – e de que já há os precedentes da Dinamarca e da Irlanda – seria a renegociação da Constituição, para possibilitar novos referendos que desta vez dessem resultados favoráveis ao sim. Mas haverá outras, seguramente...

Em França, um país politizado por excelência, a maioria dos eleitores – quer os que votaram sim quer os que votaram não – insistem em que querem que a Europa se afirme, mas votaram não contra Chirac e por a Constituição ter uma excessiva marca neo-liberal. Ora, afastada a Constituição, o que resta? O malquisto Tratado de Nice, que há-de reconhecer-se que tem uma dimensão social muito menos pronunciada do que a Constituição, agora rejeitada.

Por outro lado, se o voto não, foi contra Chirac, como pretende a Esquerda, Chirac não renunciará e com grande probabilidade cumprirá o seu mandato até ao fim. Limitou-se a substituir o primeiro ministro Raffarin, pelo feroso Villepin, que era ministro dos Negócios Estrangeiros, quando da guerra contra o Iraque, e teve o desassombro de defender na ONU posições consistentes contra os argumentos falaciosos de Bush para se lançar na aventura da guerra. Mas será que isso é bastante para fazer dele um bom primeiro ministro? Quando se sabe que Chirac pôs à sua ilharga, como ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, rival de ambos e candidato assumido à Presidência da República?

À esquerda, a confusão não será menor. O PS francês dividiu-se quanto ao referendo. A maioria votou não, liderada por Laurent Fabius e Emmanuelli e a minoria, apesar de ter ganho o referendo interno, votou sim, com François Hollande, Jacques Delors, Jack Lang, Strauss-Khan e o próprio Lionel Jospin, que reapareceu na cena política para dar a cara pelo sim. A luta ameaça ser fratricida, não só pela liderança do partido como pela Candidatura de Esquerda à Presidência da República. Para já, a expulsão de Fabius do partido, por via administrativa, e em virtude do que não pode deixar de ser considerado como um delito de opinião, por mais oportunistas que sejam os

motivos que justificaram a sua opção, afigura-se como um erro político de palmatória que, ainda por cima, só favorece o infractor...

Enquanto a França debate – e arrasta no mesmo caminho os outros países europeus – Blair vibrou mais um golpe baixo na Constituição, desistindo do referendo programado, com a agravante de em 1 de Julho o Reino Unido assumir a presidência da União. Antes disso, porém, deverá reunir-se em 16 e 17 do corrente a Cimeira Europeia, ou seja: o Conselho Europeu. Schroöder e Chirac, já se reuniram em Paris para a preparar, unidos por um interesse pessoal comum, embora a Alemanha tenha já votado sim (no Parlamento) e a França não (no referendo). Um desencontro bem desagradável!

A Cimeira tem dois pontos fulcrais na agenda, para discutir: qual o futuro da Constituição ou como reparar o rombo fatal dos dois referendos contra? E a repartição dos fundos estruturais ou seja: quem vai pagar o alargamento. Ou serão os escandalosos subsídios à PAC (Política Agrícola Comum) que representam mais de 50% do orçamento comunitário, que irão ser reduzidos e, em parte, desviados para pagar os novos encargos da União?

Eis duas questões escaldantes a que a Cimeira, se houver coragem política, terá de dar respostas claras. Se tivesse essa coragem – do que duvido – seria caso para dizer, como os franceses: "à quelque chose malleur est bon"...

Lisboa, 14 de Junho de 2005